

Grupo Temático: Ambiente Co	onstruído
-----------------------------	-----------

Coordenador: Luiz Alberto Carvalho Jr.	Ass.:
--	-------

Facilitador: Oscar Carlson Ass.:_____

Relator: Clovis Breda Ass.:_____

Porto Alegre, 06 e 07 de maio de 2006.

No.	Grupo Temático	Aprovado Rejeitado	Proposta de Resolução	Deliberação (Consenso, Contraste, Contagem)
1	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Final: Revisar todos os índices urbanísticos com base em critérios que privilegiem, em especial, os aspectos da ambiência urbana, as pré-existências dos bairros, a preservação do direito à insolação e ventilação mínimas e a garantia do direito dos futuros usuários a conforto ambiental.	Consenso
2	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Final: Criados mecanismos econômico-financeiros e legais no sentido da utilização de energia solar passiva para aquecimento de água, em substituição aos aquecedores elétricos convencionais, principalmente em novas construções.	Consenso
3	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Final: Determinar que todas as residências novas tenham instalações de captação de água da chuva para uso nos vasos sanitários, irrigação e limpeza.	Consenso
4	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Final: Fazer uma avaliação da densidade populacional das vias rápidas que possuem engarrafamento de trânsito, com ênfase na Terceira Perimetral, para que nessas vias o índice construtivo seja reduzido.	Consenso
9	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O Município deverá identificar e delimitar o uso de áreas ambientalmente sensíveis para atividades com potencial poluidor.	Consenso

23	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O PDDUA deve contemplar, dentre outros, limitação da dimensão dos condomínios a no máximo um quarteirão, compreendido dentro dos segmentos de quatro quadras, ressalvado os casos indicados em lei, no interesse da preservação ambiental.	Consenso
24	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O Município deverá identificar e instituir parques, visando à melhoria permanente da qualidade de vida da população, sob os aspectos ambientais, urbanísticos, social e turístico.	Consenso
25	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O Município deverá adotar medidas efetivas de controle preventivo do uso do solo, visando evitar a degradação ambiental e riscos à população.	Consenso
26	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O Município deve promover o adequado ordenamento territorial, inclusive à demolição de construções irregulares.	Consenso
28	Ambiente Construído	Aprovada	Texto Final: Garantir o mesmo índice de permeabilidade do solo, em qualquer forma de construção civil ou interferência no meio ambiente. O Poder Público Municipal deverá desenvolver mecanismos administrativos e legais para estabelecimento da observância de índices de permeabilidade do solo à água da chuva, a ser respeitado por região, bairro ou unidades territoriais do Município, de acordo com as bacias de contribuição ao sistema de drenagem pluvial. Através de coberturas verdes, tais índices procurarão, no mínimo, preservar a capacidade de absorção de águas de precipitação, aumentando ou mantendo o tempo de concentração de chuvas. Também procurarão diminuir o efeito "ilha de calor urbana" e a criação de corredores de fauna urbana, assim como ainda melhorar o isolamento térmico de unidades residenciais de cobertura. Garantir que a alteração do ambiente natural não produza impacto hídrico à jusante, excetuando-se os casos com inviabilidade técnica.	Contraste
29	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Final: Garantir, no mínimo, 20 % da área permeável e vegetada em cada terreno urbano.	Contraste
0	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Não permitir nos loteamentos as construções de bacias de contenção ou amortecimento de águas pluviais em áreas de preservação permanente (APP), uma vez que sua função é, também, reter água de chuva.	Consenso

39	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O Município deve exigir a proteção das águas de mananciais nos condomínios ou parcelamentos de solo, assim como suas áreas de contribuição imediata, observando características urbanísticas apropriadas.	Consenso
44	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O Município deve munir-se de informações (geradas ou avaliadas de forma fidedigna) acerca da ocupação dos imóveis, para basear o planejamento.	Consenso
45	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Divulgar amplamente as reuniões das Câmaras Técnicas e do próprio COMAM, inclusive nos principais meios de divulgação (datas, locais, pautas e decisões).	Consenso
69	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Divulgar amplamente as informações acerca dos fóruns de discussões, como os conselhos municipais.	Consenso
70	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Divulgar amplamente as regras de manejo da vegetação no município.	Consenso
71	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Criar uma lei que contemple o regime urbanístico das áreas especiais.	Consenso
72	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O Município deve fiscalizar, de forma permanente e eficiente, as ações de invasões de áreas verdes e loteamentos ilegais.	Consenso
73	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Realizar fiscalização criteriosa nos assentamentos urbanos do DEMHAB, com o objetivo de coibir a venda dos imóveis.	Consenso
90	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Definir as áreas prioritárias para indução à renovação, na macro zona 1, respeitando os perímetros das AEICS e os imóveis isolados inventariados.	Consenso

93	Ambiente Construído	Aprovada	Texto Final: Limitar a altura dos prédios estabelecidos no PDDUA a 33 metros. Será permitido exceder esta altura, em casos especiais, a serem submetidos á comunidade. Os projetos propostos fora deste parâmetro deverão ser enquadrados em análise de projeto especial, levando em conta o impacto de vizinhança e a habitabilidade da edificação. Será vetada a altura superior a 52 metros, em qualquer hipótese. Vincular recuos laterais de dois metros para cada 10m de altura e reavaliar as taxas de ocupação.	Contraste
97	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Manter faixa com área permeável nos passeios.	Consenso
5	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Criar um fórum permanente, reunindo representantes de um leque amplo de setores da sociedade, para tratar dos tópicos abordados nesta Conferência, assim como de outros tópicos, visando contribuir para o planejamento e desenvolvimento sustentável da cidade.	Contraste
6	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O Município deverá definir, regionalmente, critérios cotizados de ressarcimento de despesas pela necessidade de aumento da infra-estrutura urbana, quando a obra de construção civil impactar a rede existente.	Contraste
8	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O Município deverá definir critérios ambientalmente corretos para a utilização de energias alternativas, captação e reuso da água, reciclagem, etc., em novas construções.	Consenso
10	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Exigir a utilização de cabos ecológicos no sistema de energia elétrica, sistema distinto de coleta pluviais e cloacais, no caso dos loteamentos.	Consenso
11	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Utilizar material permeável nas vias urbanas pavimentadas ou, se asfalto, manter a distância de 50 cm do meio fio, com colocação de material permeável nesse espaço.	Consenso

12	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O Município deverá regulamentar o art. 238 da Lei Orgânica, para definir quais as atividades passíveis de autorização prévia, nos moldes definidos. "LOM: Art. 238 — A implantação de distritos ou pólos industriais e empreendimentos de alto potencial poluente, bem como de quaisquer obras de grande porte que possam causar dano à vida ou alterar significativa ou irreversivelmente o ambiente, dependerá da autorização do órgão ambiental, da aprovação da Câmara Municipal e da concordância da população, manifestada por plebiscito convocado na forma da lei.	Consenso
13	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O Município deve definir previamente, de forma específica e restrita, os critérios para enquadramento em "projetos especiais", previstos no artigo 55 do PDDUA.	Consenso
14	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Determinar que todos os "projetos especiais" previstos no artigo 55 do PDDUA devam ser precedidos de licença ambiental.	Consenso
15	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Realizar, obrigatoriamente, audiência pública, bem como manifestação favorável do CMDUA e do COMAM para a aprovação de qualquer "projeto especial" previsto no artigo 55 do PDDUA.	Consenso
16	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O Município deverá definir identificar e divulgar os espaços representativos do patrimônio ambiental, garantindo sua perpetuação, nos termos do artigo 13, § 2º do PDDUA.	Consenso
17	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O Município deve concentrar no licenciamento ambiental as autorizações concedidas, em diferentes órgãos, às atividades potencialmente poluidoras, sem prejuízo das Secretarias envolvidas.	Consenso
19	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O PDDUA deve contemplar, dentre outros, um planejamento global do Município, para assegurar a prevalência de critérios ambientais de uso e ocupação do solo.	Consenso
21	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O PDDUA deve contemplar, dentre outros, restrições de uso do solo, de forma a coibir o adensamento na faixa do território municipal, ao longo das divisas com os demais municípios, de forma a constituir um cinturão verde à sua volta.	Consenso

22	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Final: Estender aos imóveis listados como de estruturação ou compatibilização os benefícios fiscais de impostos e venda de índices construtivos, já concedidos aos imóveis tombados, condicionados à comprovação de sua manutenção.	Consenso
27	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Final: O Município deverá regulamentar o Estudo de Impacto de Vizinhança, previsto no Estatuto das Cidades.	Consenso
31	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Proibir a doação de áreas para o Poder Público, nos loteamentos, para fins de praça ou uso institucional, quando consideradas, ainda que parcialmente, Áreas de Preservação Permanente (APP).	Consenso
32	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O órgão ambiental deverá analisar todos os empreendimentos imobiliários, por serem potencialmente poluidores.	Consenso
33	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O Município deve exigir, obrigatoriamente, a compatibilização dos empreendimentos imobiliários com a manutenção e/ou melhoria da qualidade ambiental no entorno.	Consenso
34	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Divulgar amplamente, antes de aprovação, os empreendimentos imobiliários que causem significativo impacto ao entorno, assim definidos pelo CDMUA e pelo COMAM.	Consenso
35	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O Município deve considerar, em todos os empreendimentos, a variável ambiental como visão inafastável de desenvolvimento.	Consenso
36	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O PDDUA deverá sofrer uma avaliação prévia das avaliações ambientais do Município de Porto Alegre, inclusive com a realização de audiências públicas e indicação de medidas mitigadoras e compensatórias respectivas, bem como a definição dos responsáveis pela execução, conforme consta no artigo 16 do Código Estadual do Meio Ambiente.	Consenso
37	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Não permitir novas construções no entorno do Morro do Osso.	Consenso

38	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O município deverá exigir a adoção de medidas para o tratamento de esgotos sanitários para lançamento no solo ou nos cursos d'água, nos condomínios ou parcelamentos de solo, visando à compatibilização de suas características com a classificação do corpo receptor.	Consenso
40	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Final: O Município deve usar do seu direito de preempção (Art. 25, Lei 10257/01 — Estatuto das Cidades) para preservação de todas as áreas verdes destinadas às práticas desportivas e de lazer, como a do Estádio do G. E. Força e Luz e Eucaliptus e sua transformação em um estádio ou área de lazer de interesse social.	Consenso
41	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Viabilizar, legalmente, as instalações de bicicletários em edificações públicas como bancos, supermercados, correios, etc; A própria SMAM, como ação exemplar, poderia construir seu bicicletário, como atitude emblemática e midiatizável.	Consenso
46	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Consultar as Associações de Bairro e outras instituições como IPHAN, o COMAM, ao menos para grandes obras (como edifícios grandes e grandes obras viárias), a fim de que sejam respeitados o ambiente local e seu contexto cultural. Sem a aprovação dos mesmos, essas obras poderão ser realizadas.	Consenso
47	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: A Política Municipal deverá fomentar e priorizar a utilização de materiais construtivos menos impactantes, do ponto de vista da saúde pública, e priorizar processos de energia renovável, como coletores de energia solar, processos de captação de água da chuva, iluminação eficiente, etc.	Consenso
48	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Limitar os projetos especiais: vedar projetos especiais em áreas especiais de interesse cultural e em todo o território considerado área rururbana e Cidade Jardim.	Consenso
49	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: A parcela ideal mínima em áreas especiais de interesse cultural deverá ser superior a 300 m² na Cidade Jardim e em toda a área rururbana. Deverá ser proposto índice superior a 300 m² para garantir a preservação das áreas.	Consenso
50	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Revisar as taxas de ocupação, recuos e alturas máximas em edificações novas, para proporcionar melhor insolação e ventilação, traduzindo melhor habitabilidade.	Consenso

51	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Revisar e implantar efetivamente os espaços destinados a ajardinamento em todas as edificações existentes e novas, impedindo a impermeabilização de áreas em detrimento ao escoamento das águas.	Consenso
52	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Determinar que todas as edificações coletivas novas tenham compartimentos destinados à separação de lixo e as existentes façam a adequação necessária.	Consenso
53	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Final: Incentivar a reocupação de edificações abandonadas, através de instrumentos legais (como por exemplo: linhas de crédito de bancos públicos, isenção de IPTU, ITBI), bem como de concursos públicos de propostas de anteprojeto, de âmbito nacional, abertos à participação popular, com a coordenação dos órgãos competentes.	Contraste
54	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Final: Criar critérios para o desestímulo, até o seu banimento, de produtos de construção que comprometam a salubridade das edificações, tanto na fase de aplicação, quanto de uso das mesmas	Consenso
56	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Consultar os proprietários de casas vizinhas sobre a construção de um edifício ao lado de seus imóveis. Concordando com a edificação, a lei deve oferecer algum amparo indenizatório, ou seja: recomenda-se que seja incorporado ao quesitos de análise de projeto, a relação de vizinhança, devendo ser realizada consulta local quanto às conseqüências do impacto de implantação de novas construções.	Consenso
57	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: A Prefeitura deve dispor de um órgão rápido e prático para agir em casos de invasões em áreas ambientais ou de risco, para evitar problemas irreparáveis.	Consenso
58	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Estabelecer dispositivos de incentivo e apoio, como a redução de tributos para condomínios verticais e horizontais, que atendam a critérios de construção sustentável a serem definidos.	Consenso
59	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Final: Aumentar a área das unidades construtivas em condomínios horizontais, dos atuais 75m² para 300m², para preservar a cidade-jardim, caracterizada pela presença marcante da vegetação em área privada e pública, com exceção para as construções feitas pelo DEMHAB em áreas já ocupadas.	Consenso

60	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Tombar as áreas atualmente destinadas à produção agrícola do município, para evitar a especulação imobiliária, a degradação de áreas produtivas férteis, o aumento das distâncias de transporte da produção e a diminuição de empregos.	Consenso
62	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Recuperar e dar continuidade ao estudo de monitoramento da densificação, realizado pela SPM e conhecido como Conferência de Avaliação do PDDUA como "GT-5 alturas".	Consenso
63	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Rever todas as modificações feitas no PDDUA desde 1987. (Administração Collares).	Consenso
64	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Final: Revisar a formação do Conselho do PDDUA. Regular a força dos grandes construtores no atual Conselho. O Conselho do PDDUA, como está, não funciona de acordo com os interesses da população e está controlado pelos interesses dos construtores.	Consenso
65	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: A SMAM deve contratar assessoria especializada para realizar uma avaliação da coerência e compatibilidade entre os princípios, estratégias e demais definições expressas no PDDUA, com as tabelas do plano regulador.	Consenso
36	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Realizar estudo de projeção de sombra sobre os imóveis vizinhos, para os novos imóveis com a altura a partir de 9 metros, com o objetivo de preservar insolação adequada para os imóveis pré-existentes.	Consenso
68	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Colocar em um único laudo a "DM" e a análise ambiental para construção, decidido em conjunto entre as secretarias responsáveis.	Consenso
74	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Novas edificações deverão ter, preferencialmente, instalações elétricas subterrâneas, quando tecnica e economicamente viáveis.	Consenso
75	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Não desvincular a questão das limitações de altura das edificações novas da testada do terreno.	Consenso

76	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: A avaliação dos projetos especiais deverá, em todos os casos, ser objeto de estudo de impacto ambiental e de relatório impacto vizinhança, antes da aprovação do EVU.	Consenso
77	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O município deverá regulamentar o estudo de impacto de vizinhança.	Consenso
78	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Utilizar os dados do monitoramento já realizado pela SPM nos bairros Menino Deus, Rio Branco, Petrópolis e Moinhos de Vento, para avaliar os novos licenciamentos, com o objetivo de impedir que a densidade ótima descrita no monitoramento seja ultrapassada.	Consenso
79	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Estimular formas de demolição que propiciem a reutilização dos materiais, como forma de reduzir novas retiradas de materiais naturais.	Consenso
30	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Obstruir a utilização das Áreas de Proteção Permanente, ampliando o exercício do poder de polícia.	Consenso
31	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Adequar os novos projetos construtivos, buscando a harmonia na volumetria e no percentual de arborização privada com ambiente construído préexistente.	Consenso
32	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Elaborar novos padrões de afastamento e altura no interior das UEUS, de acordo com o tamanho das vias, com as características culturais e paisagísticas do bairro e com os elementos culturais pré existentes à edificação.	Consenso
33	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Identificar os diferentes padrões volumétricos pré-existentes para nortear a preservação das paisagens que dão identidade à Porto Alegre.	Consenso
34	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Dar apoio continuado aos galpões de reciclagem de resíduos sólidos e continuidade às campanhas de separação de lixo.	Consenso

85	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Qualidade do ambiente construído tem a ver com formas de consumo. Veicular na grande mídia, através da Prefeitura, espaço de propaganda obrigatória, relativa a alternativas de produtos utilizados cotidianamente pelos cidadãos e que podem ser trocados por produtos menos impactantes do ponto de vista ambiental, incluindo-se aí, a separação dos resíduos sólidos.	Consenso
86	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Se existe espaço cada vez maior para automóveis e grandes vias, tem que existir espaço também para ciclovias que interliguem toda a cidade. Realizar, ao menos nos locais onde isso já é possível, a estruturação deste meio viário, tão saudável à saúde pública e ao descongestionamento da cidade de Porto Alegre.	Consenso
87	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Identificar as áreas de proteção ambiental do município fazendo sua delimitação e a identificação do proprietário.	Consenso
88	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Avaliar os novos empreendimentos na zona sul (condomínios horizontais) e o seu impacto nas áreas verdes privativas, a impermeabilização do solo, as densidades populacionais e os impactos no trânsito, numa série retrospectiva, abrangendo os últimos 10 anos (1995 – 2005).	Consenso
89	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Compatibilizar o licenciamento dos projetos especiais com a região onde ele será inserido (cidade jardim, cidade xadrez, etc.), definida no PDDUA, vedando o aumento de altura na cidade jardim, pois o conceito deste no PDDUA é de edificações baixas.	Consenso
91	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: O PDDUA deverá estabelecer parâmetros para definição de adensamento urbano e da verticalização dos edifícios, com base em critérios como: a garantia à insolação e à iluminação natural, a capacidade de suporte das ruas com relação à geração de trânsito e poluentes, a manutenção da permeabilidade do solo associada à captação e reserva de água de chuva, de modo a não sobrecarregar as redes de drenagem.	Consenso
92	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Conceituar quadra saturada e introduzir no planejamento a escala arquitetônica, a escala de quarteirão, utilizando os recursos computacionais existentes e maquetes eletrônicas, tornando possível ao cidadão comum analisar o que está para acontecer e poder opinar em cima de algo concreto.	Consenso

94	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Revisar o número de andares em edifícios permitido pelo PDDUA, em cada bairro, em discussão com as associações de bairro e outras instituições.	Consenso
95	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Considerar os túneis verdes patrimônio ambiental da cidade, devendo ser identificados, delimitados e preservados. Incentivar a criação de outros túneis verdes além dos já existentes.	Consenso
96	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Restringir a expansão urbana em áreas com elevado valor ambiental, como: áreas com mata, banhados, áreas lindeiras às margens de rios e lagos.	Consenso
98	Ambiente Construído	Aprovado	Texto Original: Criar o instrumento RIMAC – Relatório de Impacto Ambiental do Ambiente Construído, para novos empreendimentos imobiliários com área construída superior a 2.000 m² e/ou prédios com mais de 5 andares.	Consenso



C	Tamádiaa	Á	4-	Duntanão
Grupo	Temático:	Areas	ue	Proteção

Ambiental Natural	Ass.:

Coordenador: Walter Koch Ass.:_____

Facilitador: Karla Ass.:_____

Relator:Eloísa

Porto Alegre, 06 e 07 de maio de 2006.

No.	Grupo Temático	Rejeitado	Proposta de Resolução	Deliberaçã o (Consenso , Contraste, Contagem)
58	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Regulamentar e consolidar as áreas de proteção do ambiente natural, com base no diagnóstico ambiental do Município, para estabelecer regime de uso compatível com os recursos naturais ali existentes.	Consenso
4	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Final: Consolidar a Reserva Legal Urbana (20%) através da conservação no local do empreendimento, ou em áreas identificadas como prioritárias para preservação, preferencialmente no entorno.	Consenso
6	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Final: Promover a inclusão das comunidades locais, principalmente as tradicionais, nas discussões e gestão das Ucs. Capacitá-las com Educação Ambiental e priorizá-las nos processos de contratação para trabalho em atividades a elas relacionadas, buscando geração de renda local com atividade de baixo impacto ambiental, conciliadas a atividades tradicionalmente desenvolvidas nessas áreas.	Consenso
8	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Final: Estabelecer o gravame de UC para o Morro São Pedro e implementar as UCs Morro São Pedro e Parque do Arroio do Salso.	Consenso

10	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Aumentar efetivamente o número de parques urbanos para lazer, com áreas de preservação.	Consenso
14	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Incentivar a redução tributária (IPTU) proporcional às áreas naturais preservadas em imóveis.	Consenso
16	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Desenvolver e implementar instrumentos de incentivo à conservação de áreas de importância ambiental (como IPTU ecológico, Fundos Ambientais, modelos de valoração dos serviços ambientais, etc.).	Consenso
17	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Efetivar como UC a área do Parque Natural do Morro do Osso.	Consenso
19	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Promover a discussão pública, subseqüente ao Seminário de Governo, sobre as estratégias de conservação e preservação de áreas de morro e orla da cidade.	Consenso
20	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Estado/Município para a APA e Parque Estadual Delta do Jacuí.		Consenso
24	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Disponibilizar o Fundo Municipal do Meio Ambiente por meio de editais específicos para projetos que viabilizem a preservação de áreas vegetadas, resgate e manutenção de fauna, centros de triagens de animais silvestres (CETAS) e outros com fins de preservação.	Consenso
25	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Revisar o decreto que regulamenta a Lei do IPTU ecológico, visando correção no que refere à perpetuidade do benefício, visto existirem contradições no texto.	Consenso

26	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Final: O Município deverá buscar esforços para o reassentamento das populações que vivem em áreas de proteção do ambiente natural e para as demais ações que garantam sua conservação.	Consenso
27	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: O Município deverá executar programa efetivo de recuperação de áreas de preservação permanente.	Consenso
28	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: O Município deverá definir política específica e eficaz para proteção e recuperação ambiental dos morros de Porto Alegre, inclusive nas pedreiras.	Consenso
29	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: As áreas de preservação do Município que estão degradadas deverão ser objeto de especial atenção do Poder Público, com vistas à sua plena recuperação e punição dos responsáveis pela degradação.	Consenso
31	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: O Município deverá identificar e instituir UCs, visando à perpétua preservação dos recursos naturais e proteção de ecossistemas essenciais.	Consenso
32	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Não permitir, nos loteamentos, a construção de bacias de contenção ou amortecimento de águas pluviais em áreas de preservação permanentes (APPs), uma vez que sua função é, também, reter as águas da chuva.	Consenso
34	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: O Município deverá buscar meios para impedir a invasão de UCs.	Consenso
35	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: O município deverá definir restrições de uso sobre áreas que necessitem de especial proteção, por sua natureza e características ambientais.	Consenso

38	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: O Município deverá exigir a proteção das áreas de mananciais, assim como suas áreas de contribuição imediata, nos condomínios e no parcelamento de solo, observando características urbanísticas apropriadas.	Consenso
39	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: O Município deverá identificar áreas poluídas na cidade e buscar a sua imediata recuperação.	Consenso
10	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: O PDDUA deve prever regime urbanístico próprio nas áreas de amortecimento previstas no plano de manejo de UC de proteção integral (reservas, parques naturais, etc.), assim como nos corredores ecológicos.	Consenso
12	Áreas de Proteção Ambiental Natural			Consenso
3	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: O Município deverá implementar um programa para evitar as ocupações desordenadas das ilhas de Porto Alegre.	
4	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: O Município deverá considerar as resoluções e proposições da III Conferência do Meio Ambiente, realizada neste mesmo local, em 2003.	Consenso
5	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Efetivar a fiscalização intersecretarias para garantir a preservação das áreas naturais do município.	Consenso
6	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: O Município deverá envidar esforços e recursos financeiros para efetivar o Parque Natural Saint'Hilaire, retirando as habitações ilegais situadas no seu interior e recuperando as áreas degradadas.	Consenso
19	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Promover o aproveitamento da poda do agave feita pela SMAM, para oficinas de arte, artesanato e geração de renda, desenvolvidas pela Secretaria de Cultura.	Consenso

50	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Garantir a participação democrática de entidades e mesmo da população, na decisão das parcerias públicas e privadas na gestão ambiental das áreas verdes de Porto Alegre.	Consenso
51	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Fazer o tombamento do Morro São Pedro e do corredor ecológico com o Lami.	Consenso
52	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: O Município deverá criar um programa que efetivamente preserve as áreas naturais e de conservação.	Consenso
53	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Implementar as áreas de proteção do ambiente natural, gravadas no PDDUA, através de um processo de gestão participativa, com vistas a garantir sua efetiva sustentabilidade.	Consenso
54	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Efetivar a fiscalização por parte das autoridades competentes quanto à entrada de tele-entulho nas ilhas.	
55	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Legar poder de autuação para os guarda-parques municipais, para que se efetive a fiscalização em parques e reservas.	Consenso
56	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: O Município deve implementar as propostas desta Conferência e criar um mecanismo que possibilite o acompanhamento das ações realizadas pela população.	Consenso
57	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Estabelecer uma forma de apoio por parte da SMAM, à futura UC ambiental da UFRGS no Morro Santana.	Consenso

1	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Final: Realizar um Seminário (em conjunto SPM-SMAM) sobre a questão das estratégias de conservação e preservação das áreas de morro e orla da cidade.	Consenso
2	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Tomar como referência o Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro, da Prefeitura de Porto Alegre, para a elaboração de novos projetos, que visem a compatibilização da ocupação urbana com o ambiente natural, mediante o modelo de gestão que conta com a participação de todos os órgãos públicos pertinentes e da sociedade diretamente interessada, em todos os momentos da sua execução.	Consenso
3	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Final: As UCs serão administradas por profissionais habilitados para tanto, preferencialmente mediante concurso público específico, de forma a permitir a continuidade das atividades, conforme previsto no Plano de Manejo da UC.	Consenso
5	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Criar e implementar o Sistema Municipal de Unidades de Conservação, estabelecendo as prioridades e instrumentos necessários para a consolidação das áreas protegidas do município.	Consenso
11	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Fortalecer o SIG da SMAM, de modo a sistematizar e divulgar as informações referentes às áreas protegidas do município, para as instituições e comunidade em geral.	
12	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Diagnosticar, delimitar e implantar corredores ecológicos, de modo a estabelecer a conectividade entre as áreas protegidas.	Consenso
22	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Final: O Município deverá promover uma discussão pública para esclarecimento sobre usos, empreendimentos, preservação, conservação, e recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), tendo em vista a Resolução do CONAMA 369/2006.	Consenso
30	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: Qualquer empreendimento a ser projetado sobre áreas de proteção do ambiente natural, ainda que parcialmente, deverá ser objeto de licenciamento ambiental.	Consenso

36	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: O PDDUA deve, efetivamente, dar especial proteção ambiental às áreas de interesse ecológico, cultural, turístico e científico, bem como aos banhados e à orla do Guaíba.	Consenso
37	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	Texto Original: O Município deverá ampliar a Reserva Biológica do Lami José Lutzemberger, adquirindo a área lindeira.	Consenso



Grui	oo T	Γemá	tico:	Edu	ıcaçã	o Am	bien	tal

Coordenador: Eduardo Rechden	Ass.:	

Facilitador: Jaqueline Lessa Ass.:

Relator: Andréa Camargo Ass.:_____

Porto Alegre, 6 e 7 de maio de 2006.

No.	Grupo Temático	Aprovado Rejeitado	Proposta de Resolução	Deliberação (Consenso, Contraste, Contagem).
8	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Final: Deverá ser obrigatória a consulta prévia ao EVU, mediante audiência pública como forma de garantir a publicidade e a participação no desenvolvimento da cidade.	Consenso
12	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Original: Desenvolvimento de fóruns sobre meio ambiente e de educação ambiental, dentro das secretarias da prefeitura, de forma a estimular a conscientização ambiental dos servidores públicos municipal.	Consenso
25	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Original: Que sejam criadas parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada para que a arte, a cultura, educações ambientais estejam lado a lado para um real desenvolvimento urbano e ambiental.	Consenso
1	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Final: Que o Poder Público estimule a criação de núcleos de Educação Ambiental nas associações de moradores e entidades afins, visando ao estabelecimento de representações por rua e por quarteirões para receber e encaminhar demandas ambientais que se tornarão notícias nos veículos de comunicação locais.	Consenso
2	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Original: Regulamentação de um capítulo de "Educação Ambiental" no PDDUA, com respaldo e apoio da lei para poder ser cobrado futuramente e obter resultados concretos.	Consenso

3	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Final: Incentivo à conscientização da população em geral (crianças e adultos) a respeito do meio ambiente, dos maléficos causados por atos impensados ou até mesmo ignorados (como separação do lixo, falta de coletores de lixo nos bairros, despejo de óleo de cozinha no ralo da pia), tudo isso, se existir conscientização além da diminuição de impactos ambientais, trará conhecimento e futuros "monitores ambientais".	Consenso
5	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Final: O Município deverá mediante zoneamento ambiental, identificar, divulgar a população e instituir áreas ambientalmente relevantes, inclusive mediante análise do subsolo dotada de fórmulas de utilização diferenciadas, conforme respectivas peculiaridades. O Município deverá elaborar e divulgar para a população, no prazo de dois anos, o Plano de Gestão Ambiental, contendo diretrizes gerais de atuação, consolidadas a partir dos Planos Setoriais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, gerenciamento de resíduos sólidos e de energia e do Plano de Proteção Ambiental, visando a estabelecer prioridades de atuação articuladas, qualificando soluções e reduzindo custos operacionais no âmbito das bacias hidrográficas nos termos do Art. 18, V do PDDUA.	Consenso
6	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Original: O Programa de Comunicação e Educação Ambiental, previsto no Art. 25 do PDDUA, como estratégia de sistema de planejamento, deverá ser implantado sob orientação conjunta do comitê gestor de educação ambiental do COMAM e do CMDUA.	Consenso
7	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Final: O desenvolvimento urbano (construção civil) deverá levar em consideração os conceitos de preservação ambiental	Consenso
9	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Original: O Município identificará e divulgará periodicamente, via diagnóstico ambiental através de tecnologias apropriadas, degradações ambientais, adotandose as medidas legais cabíveis.	Consenso
10	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Final: Os empreendimentos imobiliários que causem significativo impacto ambiental deverão ser amplamente divulgados previamente à aprovação.	Consenso

11	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Original: O PDDUA deverá sofrer uma avaliação prévia das repercussões ambientais no Município de Porto Alegre, inclusive com a realização de audiências públicas e indicação de medidas mitigadoras e compensatórias respectivas, bem como a definição dos responsáveis pela execução, conforme consta no Art. 16 do Código Estadual do Meio Ambiente.	Consenso
13	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Original: Criar mecanismos para inserção dos estudantes de áreas afins, para diagnóstico da problemática para o desenvolvimento de ações com as comunidades, juntamente com os fóruns de planejamento para o ensino prático da educação ambiental.	Consenso
14	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Original: O Poder Público Municipal, conjuntamente com a sociedade civil deverá desenvolver programas de geração de renda, emprego e preservação ambiental para famílias carentes.	Consenso
15	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Original: Fomentar campanhas publicitárias públicas e ou entidades privadas que estimulem a conscientização sobre meio ambiente, a responsabilidade sócio - ambiental e a cidadania.	Consenso
16	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Original: Criação de uma legislação que regulamenta a instalação de lixeiras, a exemplo do que acontece com placas indicativas de rua, onde cada lixeira será patrocinada nas áreas centrais, e que obrigatoriamente sejam implantadas, também nos bairros.	Consenso
17	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Original: Incentivar as oficinas de reaproveitamento de materiais usados em escolas e espaços públicos.	Consenso
18	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Original: Que as equipes de educação ambiental do poder público tenham autonomia para fazer ações em comunidades, possam definir e criar multiplicadores poder interagir junto às secretarias e empresas para promover ações preventivas.	Consenso
19	Educação Ambiental	Aprovado	Texto Original: Criar conselhos ambientais locais, como os já existentes na área da saúde, onde os moradores tenham direito a voto.	Consenso

Educação	 		
Ambiental	Aprovado	Texto Original: Que o poder público crie grupos de trabalho com estudantes das universidades, a fim de desenvolver projetos em educação ambiental que serão trabalhados tanto dentro das universidades quanto em comunidades.	Consenso
Educação Ambiental	Aprovado	Texto Original: Colocar como condicionante da licença de operação, a implantação e ou apoio a projetos de educação ambiental, conforme a capacidade financeira do empreendimento licenciado.	Consenso
Educação Ambiental	Aprovado	Texto Original A educação ambiental deverá permear todas as áreas do planejamento urbano e ambiental do Município de Porto Alegre. Entende-se que esta temática deverá ser compreendida de forma transversal aos demais grupos temáticos do PDDUA.	Consenso
Educação Ambiental	Aprovado	Texto Final: A educação ambiental deverá permear todas as áreas do planejamento urbano e ambiental do Município de Porto Alegre. Entende-se que esta temática deverá ser compreendida de forma transversal aos demais grupos temáticos do PDDUA.	Consenso



Porto Alegre,	06 e 07	de maio de	2006.

Grupo Temático: Mobilidad	e Urbana
---------------------------	----------

Coordenador: Fábio	Ass.:

Facilitador: Beatriz Ass.:____

Relator: Cristiano Ass.:_____

No.	Grupo Temático	Aprovado Rejeitado	Proposta de Resolução	Deliberação (Consenso, Contraste, Contagem).
3	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Original: Criar um plano de ação para episódios de qualidade do ar a partir de "inadequado". - Divulgação de alerta para a população; - Alerta para hospitais, asilos, creches e escolas; - Atitudes para coibir trânsito na área afetada; - Atitudes para coibir emissão industrial.	Consenso
7	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Original: O transporte hidroviário deverá ser avaliado pelo ponto de vista do custo-benefício. A poluição sonora, hídrica e do ar deverá ser estimada e a implantação ficará condicionada à confirmação de que os benefícios serão maiores do que os óbices.	Consenso
24	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Original: O sistema de transporte público deve garantir a qualidade do transporte coletivo em seus veículos e pontos de parada através de adequada iluminação, sinalização, informação ao usuário, segurança, limpeza e acessibilidade universal.	Consenso
26	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Original: Incluir a obrigatoriedade da Avaliação de Risco Ambiental (ARA) e Avaliação de Saúde (AS) nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA).	Consenso
2	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Original: Estabelecer zonas críticas de poluição sonora através do mapeamento de ruído, de forma a subsidiar a concessão ou cassação do licenciamento das atividades comerciais, industriais e serviços.	Consenso

4	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Final: Reduzir a emissão de poluentes atmosféricos nas zonas críticas da cidade: - Mudança na matriz energética; - Atualização da frota de transporte urbano; - Diminuição dos terminais de ônibus nessas zonas; - Otimização dos serviços de transporte (integração, rotas transversais, etc.); - Inspeção veicular; - Incentivo ao pedestrianismo e uso da bicicleta; - Realização de campanha permanente pela diminuição da circulação de veículos particulares em áreas críticas de poluição e congestionamento. Esta campanha seria acompanhada de restrição, por mínima que seja à circulação de automóveis.	Consenso
5	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Final: Incentivar a consolidação de novas formas de interlocução da mobilidade quer pública ou privada, em determinadas áreas comerciais e industriais da cidade consideradas como críticas com respeito ao meio ambiente, trânsito e transporte, que visem uma ação permanente, duradoura e uma interrelação fluida na busca de soluções para os problemas de todos os atores envolvidos (transportistas, empresários, órgãos públicos, usuários/trabalhadores), buscando, com isso, a satisfação dos usuários e a canalização de uma real participação privada na construção da cidade. Incentivar para que sejam os órgãos já existentes (CAR, OP, Associações de Moradores, etc.).	Consenso
8	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Final: As medições da qualidade do ar na cidade deverão ser feitas buscando a localização das fontes da poluição e não somente os seus efeitos. Os resultados deverão subsidiar medidas mitigadoras a curto, médio e longo prazo, sempre privilegiando ações que mais rapidamente incrementem a qualidade de vida da população, além das penalizações para quem estiver emitindo poluentes.	Consenso
1	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Final: Propor ações que visem uma cidade sustentável, através de uma mobilidade e acessibilidade, que propicie um ambiente urbano e democrático. Para tanto, é necessária a potencialização do transporte não motorizado, a promoção do transporte coletivo e a moderação em volume e velocidade de tráfego.	Consenso
11	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Final: Incentivar o transporte de alta capacidade (a exemplo do metrô), promovendo a integração urbana e metropolitana e a qualidade do sistema de transporte coletivo.	Consenso

13	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Final: Incentivar e garantir o cumprimento da legislação vigente que trata da acessibilidade (Lei Municipal 8317/89, NBR 9050/04 e Decreto-Lei 5296/04), aplicáveis aos órgãos públicos, privados, residências, transporte, etc, através de órgãos fiscalizadores e do comprometimento das secretarias afins. Deverá ser observada a comunicação visual, a topografia, dimensionamento de vias, etc (planificação universal da cidade).	Consenso
15	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Original: O Município deve exigir a aplicação do Decreto que dispõe sobre os helipontos e determinar de que forma serão cumpridas tais regras.	Consenso
16	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Final: O município deve adequar a localização dos terminais de transporte coletivo em zonas onde há uma grande concentração de poluição atmosférica.	Consenso
18	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Final: Promover a apropriação eqüitativa do espaço e do tempo na circulação urbana, priorizando os modos de transporte coletivo, a pé, de bicicleta e a acessibilidade universal.	Consenso
19	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Final: Estimular e melhor explorar o potencial dos deslocamentos a pé e por bicicleta, assegurando medidas de segurança e disponibilidade de espaço físico.	Consenso
20	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Final: Desenvolver programas de respeito às faixas de segurança, passeios e calçadas, para motoristas, ciclistas e pedestres.	Consenso
21	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Final: Assegurar a elaboração do Plano Diretor Cicloviário integrado com os demais modais de transporte, garantindo a participação da sociedade através de associações, Ongs e movimentos ligados à promoção da bicicleta como meio de transporte.	Consenso
22	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Final: Os órgãos competentes deverão avaliar todos os novos projetos, de acordo com o Plano Cicloviário e as normas de acessibilidade.	Consenso

23	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Original: Garantir a utilização, em Porto Alegre, de combustíveis para veículos motorizados com os menores níveis de componentes contaminantes, prejudiciais à saúde e ao ambiente, disponíveis no país.	Consenso
25	Mobilidade urbana	Aprovado	Texto Original: Realizar a inspeção veicular de todo veículo automotor de Porto Alegre (de acordo com o CTB e legislações complementares), a fim de garantir menores níveis de emissões de poluentes e ruídos, produzidos pelos seus motores ou pela sua carga.	Consenso



Grupo	Temático:	Saneamento	Amb.
-------	-----------	------------	------

Coordenadores: Rosangela Piccinini Ass.:_____

Facilitador: Daniela Bolner; Ass.:_____

Relator: Marcelo Markusons Ass.:_____

Porto Alegre, 06 e 07 de maio de 2006.

No.	Grupo Temático	Aprovado Rejeitado	Proposta de Resolução	Deliberação (Consenso, Contraste, Contagem)
1	Saneamento Ambiental	Aprovada	Texto Final: Revisar o tipo de pavimentação nas vias e passeios, tendo como objetivo favorecer a permeabilidade do solo.	Consenso
3	Saneamento Ambiental	Aprovada	Texto Original: Implementar uma política municipal para incentivar as ligações dos prédios à rede pública existente de esgoto sanitário, com a possibilidade de financiamentos públicos.	Consenso
4	Saneamento Ambiental	Aprovada	Texto Original: Integrar os núcleos responsáveis pelo meio ambiente, abrangendo as cidades que compõem a bacia hidrográfica do Lago Guaíba, visando dar ênfase à despoluição dos afluentes do Lago em si.	Consenso
6	Saneamento Ambiental	Aprovada	Texto Original: Implementar uma política para tratar da compatibilização entre interesses de uso do solo, manutenção de um certo nível de permeabilidade do solo e preservação do verde, que possibilite onerar ou reduzir os encargos sobre as edificações.	Consenso
7	Saneamento Ambiental	Aprovada	Texto Original: Implementar uma política municipal para incentivar a utilização da água da chuva.	Consenso

10	Saneamento Ambiental	Aprovada	Texto Original: Criar e implementar programas de recuperação para os demais arroios da cidade, a exemplo do que foi feito no Dilúvio.	Consenso
11	Saneamento Ambiental	Aprovada	Texto Final: Elaborar e implementar o Plano Diretor de Drenagem Urbana e o Plano Diretor de Resíduos Sólidos de forma integrada com os planos diretores setoriais existentes e com o PDDUA.	
12	Saneamento Ambiental	Aprovada	Texto Original: Considerar as indicações da Vigilância em Saúde, no momento de implementação de estrutura de saneamento, considerando o risco à saúde pública, ou seja, priorizando os recursos de saneamento e levando em conta critérios epidemiológicos e sociais.	Consenso
13			Consenso	
14	Saneamento Ambiental	Aprovada	Texto Original: Realizar trabalho de organização social com os carroceiros e carrinheiros que recolhem os resíduos sólidos urbanos, de forma a inserí-los na geração de trabalho e renda.	Consenso
15	Saneamento Ambiental	Aprovada	Aprovada Texto Final: Regulamentar locais próprios do comércio de Porto Alegre para a coleta de pilhas, baterias e de todo resíduo sólido perigoso, bem como o seu correto encaminhamento para tratamento e destinação final, com divulgação e esclarecimento à população.	
17	Saneamento Ambiental	Aprovada	Texto Original: Assegurar a efetiva ligação dos estabelecimentos na implantação de rede cloacal separadora absoluta, ou identificar as situações irregulares, procedendo às ações fiscais cabíveis.	Consenso
18	Saneamento Ambiental	Aprovada	vada Texto Original: Promover a integração dos planos diretores setoriais de saneamento ambiental da cidade, através de grupo de trabalho com esse objetivo.	
19	Saneamento Ambiental	Aprovada	Texto Original: Implementar um novo índice construtivo do Plano Diretor: índice de permeabilidade (percentual de solo sem revestimento, dando preferência à área verde).	Consenso

20	Saneamento Ambiental	J. T		Consenso	
21	Saneamento Ambiental	Aprovada	Texto Original: O Município deverá adotar medidas, em conjunto com a União e o Estado, que visem à instituição por completo da coleta, tratamento e disposição final de esgotos cloacais em redes distintas da pluvial, bem como instituir por completo a coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, visando à defesa preventiva da saúde pública e a proteção do meio ambiente.	Consenso	
22	Saneamento Ambiental	Aprovada	Texto Original: O PDDUA deverá prever áreas de transbordo dentro de Porto Alegre destinadas a resíduos inertes (classe A).	Consenso	
25	Saneamento Aprovada Texto Original: Criar um Fundo Municipal de Drenagem Urbana para viabilizar o Plano Diretor de Drenagem Urbana.		Consenso		
26	Saneamento Ambiental	Aprovado	Aprovado Texto Original: O Poder Público deverá buscar a implementação de processos de tratamento terciário do esgoto cloacal, especialmente a redução de nutrientes (N e P) do efluente lançado no corpo receptor.		
28	Saneamento Ambiental Aprovado Texto Original: Promover campanha permanente de racionalização do uso da água, conscientizando sobre a disponibilidade quali-quantitativa atual, visando a sua preservação para as futuras gerações.		Consenso		
29	Saneamento Ambiental	Aprovado	Texto Original: Implementar e incentivar o programa de implantação de sistemas de amortecimento de água da chuva, para todos os empreendimentos, mediante viabilidade técnica, visando minimizar os riscos de inundações e analisando porcentagem de área impermeabilizada.	Consenso	
30	Saneamento Ambiental	Aprovado	Texto Original: Revisar o regimento interno do COMAM, tendo em vista a sua natureza consultiva e deliberativa, no sentido de possibilitar a eleição do presidente por seus pares.		
33	Saneamento Ambiental	Aprovado	Texto Original: O Executivo deverá apresentar um diagnóstico mais consistente sobre os temas tratados, para a próxima Conferência Municipal de Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar as resoluções apresentadas ao PDDUA.	Consenso	

34	Saneamento Ambiental	Aprovado	Texto Original: Promover política integrada de gerenciamento da qualidade da água entre os municípios interessados, de forma que os municípios situados à jusante possam determinar a qualidade da água bruta a ser captada.	Consenso
36	Saneamento Ambiental	Aprovado	Texto Final: Os planos setoriais de resíduos sólidos e de esgotos deverão propor diretrizes de controle e fiscalização integrados dos serviços de limpeza dos tanques sépticos e de destinação dos seus resíduos.	
37	Saneamento Ambiental	Aprovado	Texto Final: A implantação de bacias de detenção de água de chuva deverá ser precedida de execução da rede separadora absoluta.	Consenso
88	Saneamento Ambiental Aprovado Texto Original: O esgoto gerado pela utilização da água da chuva, em construções, não deverá ser cobrado, tendo em vista os benefícios ambientais produzidos.		Consenso	
89	Saneamento Ambiental	Aprovado	Texto Original: Adequar e capacitar os "ecopontos" para receber resíduos da construção civil, oriundos dos pequenos geradores, especificados no Plano de Gerenciamento Municipal de Resíduos da Construção Civil.	
10	Saneamento Ambiental	Aprovado	Texto Original: Prever áreas para implantação de bacias de detenção de chuva, no estudo de adequação do PDDUA.	
l1	Saneamento Ambiental	Aprovado	Texto Original: O PDDUA deverá prever áreas para recebimento de material inerte.	Consenso
2	Saneamento Ambiental	Aprovado	Texto Original: O PDDUA deverá prever áreas para recebimento de resíduo sólido urbano.	Consenso
13	Saneamento Ambiental	Aprovado	Texto Original: Adotar, no procedimento de licenciamento ambiental, mecanismos que permitam uma ação articulada e concomitante pelos órgãos municipais e estaduais competentes, no tocante à outorga de direito de uso de recursos hídricos, especialmente para lançamento de efluentes industriais nos corpos d'água de Porto Alegre.	Consenso

44	Saneamento Ambiental	Aprovado	Texto Original: Promover campanha permanente de divulgação da segregação e destinação de resíduos sólidos junto à população, alertando para o risco de contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e do conseqüente risco de comprometimento das águas utilizadas para abastecimento público.	Consenso
45	Saneamento Ambiental	Aprovado	Texto Original: Realizar programa permanente de recomposição e manutenção das matas ciliares de arroios e do Lago Guaíba junto à população, com ampla divulgação e participação dos segmentos sociais.	Consenso
46	Saneamento Ambiental	Aprovado	Texto Original: Criar um programa de identificação e regularização dos ramais de água passíveis de regularização, de acordo com o diagnóstico do Plano Diretor de Águas.	Consenso
47	Saneamento Ambiental	Aprovado	Texto Original: Promover campanha de conscientização de redução da quantidade de embalagens dos produtos e de utilização de embalagens recicladas.	Consenso



Grupo	Temático:	Áreas de	Proteção

Ambiente Natural Moções	Ass.:	7/15
Coordenador:	Ass.:	Visi
Facilitador:	Ass.:	_

Porto Alegre, 06 e 07 de maio de 2006.

No.	Grupo Temático	Aprovado Rejeitado	Proposta de Moção	Deliberação (Consenso, Contraste, Contagem)
1	Áreas de Proteção Ambiental Natural	Aprovado	A comunidade das Ilhas não foi avisada sobre o evento. Alguns, de outras ilhas, sabiam e avisaram os outros. Falta de apoio à comunidade quanto à fiscalização ao depósito de lixo para fazer aterro, que contamina a água da comunidade, gerando ratos e baratas. Invasões dos que tem dinheiro, ocupando espaços de sustentação dos moradores e áreas verdes. (Repúdio)	Consenso

Relator: